Violência Rural na Amazônia Legal
Rural Violence in the Legal Amazon

Grupo de Trabalho (GT): <<04.Temas Emergentes: Criminalidade Rural, Sucessão Geracional; Biopirataria; Conflitos Fundiários; Gênero; Sociedade e sustentabilidade na Amazônia>>

Priscila do Nascimento Queiroz – Universidade Federal do Oeste do Pará; UFOPA, pryn.queiroz@gmail.com:
Bianca Castro da Silva – Universidade Federal do Oeste do Pará; UFOPA, Bc8260912@gmail.com:
Marco Aurélio Oliveira Santos - Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. marco.santos@ufopa.edu.br
Glauce Vitor da Silva – Universidade Federal do Oeste do Pará; UFOPA, glauce.silva@ufopa.edu.br
Francisco Igo Leite Soares - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN igoleite.fas@gmail.com

Resumo
O objetivo da pesquisa é compreender a violência rural na Amazônia Legal, analisar suas causas e estratégias de combate, bem como explorar o processo de coleta de dados que evidenciam o alto índice de criminalidade na região rural. Para tanto, se realizou uma análise documental e consulta direta aos sites de instituições publicas para fazer as inferências a seguir. Os resultados apontaram que a violência nas áreas rurais da Amazônia Legal estão alinhados aos conflitos agrários, trafico, roubos, isolamento das residências entre outras questões que ampliam a vulnerabilidade das comunidades rurais na Amazônia. É crucial lidar com conflitos fundiários, promover a justiça social e combater a impunidade para melhorar a segurança nessas regiões.
Palavra-chave: Amazônia legal; área rural; conflitos; violência.
Abstract
The objective of the research is to understand rural violence in the Legal Amazon, analyze its causes and combat strategies, as well as explore the data collection process that highlights the high crime rate in the rural region. To this end, a documentary analysis and direct consultation of the websites of public institutions were carried out to make the following inferences. The results showed that violence in rural areas of the Legal Amazon is aligned with agrarian conflicts, trafficking, robberies, isolation of homes, among other issues that increase the vulnerability of rural communities in the Amazon. Addressing land conflicts, promoting social justice and combating impunity is crucial to improving security in these regions.
Keyword: Legal Amazon; rural area; conflicts; violence.

1- Introdução

O presente trabalho tem como objetivo compreender a violência rural na Amazônia Legal, analisar suas causas e estratégias de combate, bem como explorar o processo de coleta de dados que evidenciam o alto índice de criminalidade na região rural. Isso se torna importante porque quando pensamos, especificamente, em segurança humana não devemos nos preocupar, unicamente, com eventos catastróficos provocados por algum tipo de "arma" (King e Murray 2001; Paris 2001; Sousa, Santos, e Almeida 2021), e no meio rural há uma serie de eventos que colocam a vida humana em risco.

Estes riscos estão associados a conflitos fundiários, envolvendo proprietários de terras, comunidades tradicionais, grileiros entre outros resultando em tensões, insegurança e mortes violentas. Além do mais, os roubos de animais e equipamentos agrícolas prejudicam a economia e a segurança das famílias especialmente em áreas isoladas como na Amazônia.

2-Metodologia

A pesquisa abordou a divulgação de informações sobre criminalidade em sites de órgãos de segurança pública à luz da Lei de Acesso à Informação. Utilizou-se uma metodologia descritiva, incluindo levantamento bibliográfico, análise documental e consulta direta aos sites da Secretaria de Segurança Pública, Comissão Pastoral da Terra, e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O artigo está estruturado em cinco partes: aspectos da lei, conceitos de dados governamentais abertos, informações sobre a criminalidade na Amazônia Legal, resultados da pesquisa e conclusões.

3-Resultados e Discussões

A região amazônica enfrenta desafios significativos em relação à violência, com taxas de homicídios frequentemente mais altas do que a média nacional. A vastidão geográfica e a dificuldade de acesso exacerbam esses problemas, tornando as comunidades rurais mais vulneráveis a conflitos agrários, ameaças e assassinatos. A luta pela terra, interesses econômicos, disputas ambientais e a presença de grupos armados contribuem para um ambiente de insegurança. A violência na região amazônica tem implicações profundas para a segurança humana e os direitos das comunidades locais, exigindo uma abordagem holística e eficaz para lidar com esse desafio complexo.

Se observarmos por unidade federativa, é possível notar que, com exceção de Rondônia, os demais estados da Amazônia Legal possuem taxas mais elevadas do que a nacional. Enquanto o Brasil possui uma taxa de 23,6 mortes para cada 100 mil habitantes, na região amazônica esta taxa é de 29,6. Podemos atribuir esse fato à extensão territorial vasta e de difícil acesso da região, Figura 1.

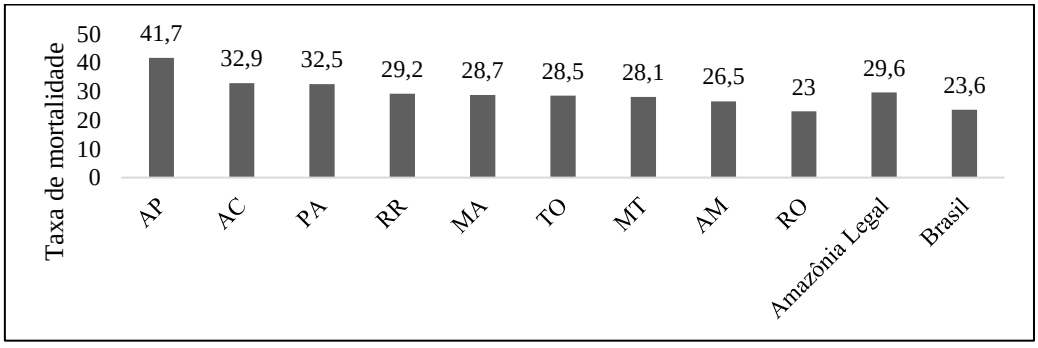


Figura 1: Taxas de mortalidade nos estados da Amazônia Legal em comparação a média brasileira
Fonte: CPT (2020)

As implicações para a segurança no campo, a partir da análise da passagem, são significativas. Primeiramente, nota-se que, com exceção de Rondônia, os estados na região da Amazônia Legal enfrentam taxas de homicídio mais elevadas do que a média nacional. Isso indica um contexto de maior vulnerabilidade das populações rurais nessa vasta área geográfica. Além disso, a diferença nas taxas de homicídio entre o Brasil e a região amazônica sugere que a segurança no campo é uma questão particularmente desafiadora nesse contexto.

Uma das implicações-chave é a relação entre a extensa e de difícil acesso geografia da região amazônica e a ocorrência dessas taxas elevadas de homicídio. A vastidão da região dificulta a presença e o acesso eficaz das autoridades, bem como a implementação de medidas de segurança consistentes. Isso deixa as comunidades rurais mais expostas a riscos, conflitos e ameaças, contribuindo para um cenário de insegurança. Portanto, a extensão territorial e a dificuldade de acesso desempenham um papel significativo nas implicações para a segurança no campo na Amazônia Legal, exigindo abordagens específicas para abordar esses desafios.

A falta de dados confiáveis dificulta a eficácia das políticas públicas na região, que registrou altos índices de violência letal, especialmente em 2020, assumindo um papel estratégico no tráfico de drogas e enfrentando desafios ambientais. A pesquisa enfatiza a necessidade de uma abordagem abrangente para resolver esses problemas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenha um papel vital na documentação de conflitos rurais no Brasil, principalmente ligados à disputa pela terra, envolvendo latifundiários, grileiros, agronegócio e o próprio Estado. Na Amazônia, essa problemática assume contornos críticos, com graves impactos ambientais e nos direitos das comunidades locais. A CPT destaca-se na denúncia e conscientização dessas questões, buscando promover a justiça social nas áreas rurais.

A análise desses dados, somada a informações obtidas por meio do DATASUS e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela aspectos essenciais para compreender o elevado índice de violência rural na Amazônia Legal. Destaca-se que o estado do Pará apresenta uma preocupante elevação nos indicadores de conflitos por terras, totalizando 245 ocorrências. Esses conflitos envolvem um impressionante contingente de 28.608 famílias, abrangendo uma ampla gama de atores sociais.

Dentre os principais envolvidos, destacam-se comunidades quilombolas, assentados, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, sem-terra, pequenos proprietários e agentes pastorais, denotando a complexidade e a diversidade das dinâmicas territoriais na região, bem como a

necessidade urgente de encontrar soluções que promovam a paz e a justiça nesse cenário, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1: Conflitos por terra na Amazônia Legal

UF	Conflitospor terra	Famílias	Categorias envolvidas
Acre	59	4.469	Posseiros, seringueiros, indígenas, extrativista.
Amapá	55	2.998	Posseiro, assentado, ribeirinho, quilombola, extrativista, indígenas,sem terra, agente pastoral.
Amazonas	66	12.252	Indígenas, assentado, posseiro, extrativista, ribeirinho, seringueiro.
Maranhão	203	20.864	Assentado, sem terra, pequeno proprietário, quilombola, posseiro,indígenas, pescador.
Mato Grosso	166	13.029	Indígenas, ribeirinho, quilombola, assentado, sem terra, posseiro,extrativista, pescador, pequeno proprietário
Pará	245	28.608	Quilombola, assentado, indígenas, extrativista, ribeirinho, sem terra,pequeno proprietário, agente pastoral
Rondônia	125	6.846	Indígenas, quilombola, sem terra, posseiro, extrativista, assentado,atingido por barragem, pequeno proprietário
Roraima	28	16.806	Indígenas, sem terra.
Tocantins	55	4.202	Sem terra, quilombola, atingido por barragem, posseiro, indígenas.
Total	**1.002**	**110.074**	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2020); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020)

O resultado direto dos conflitos agrários torna-se evidente através do expressivo número de tentativas de assassinato e ameaças, que muitas vezes culminam em perdas de vidas. A consequência é a crescente exposição das comunidades rurais a uma série de riscos e ameaças causando um impacto profundamente negativo sobre a segurança das pessoas que vivem e trabalham nessas áreas. Isso resulta em um ambiente de constante medo e insegurança, afetando a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades locais, tabela 2.

Tabela 2: Tipo de tipo de violência mais recorrente na Amazônia legal

UF	Conflitos	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Ameaçados de morte	Presos
Acre	59	1	5	7	0
Amapá	62	0	0	0	1
Amazonas	89	7	3	10	1
Maranhão	210	5	3	22	0
Mato Grosso	193	0	3	2	0
Pará	288	1	1	42	10
Rondônia	143	1	1	18	10
Roraima	29	2	0	0	0
Tocantins	59	0	0	1	0
Total	**1.132**	**17**	**16**	**102**	**22**

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FBSP, (2021)

Nesta conjuntura, algumas iniciativas como o Programa Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo desempenha um papel crucial na região, atuando como um observador e guardião das questões legais que permeiam o universo rural na Amazônia Legal. Esse programa desdobra seus esforços na vigilância e acompanhamento de uma ampla gama

de questões legais que abrangem desde a posse de terras até questões ambientais, passando pelo âmbito trabalhista e fundiário, bem como a proteção dos direitos das comunidades indígenas.

Nesse contexto, acentua-se a complexidade e gravidade dos conflitos, que frequentemente escalam para situações trágicas, resultando em homicídios de membros de grupos vulneráveis, como quilombolas, indígenas e pequenos agricultores. Estes grupos enfrentam ameaças constantes, que minam sua segurança e bem-estar. Ademais, a persistente impunidade e o incentivo ao armamento de fazendeiros agravam ainda mais a situação, criando um ciclo pernicioso de violência que exige uma abordagem abrangente e eficaz para a sua resolução.

4-Considerações Finais

A fim de investigar a complexidade da violência nas áreas rurais da Amazônia Legal, esclarecendo suas causas, estratégias de combate e os desafios de coleta de dados que expõem os altos índices de criminalidade nesta região. Enfatizamos a vulnerabilidade das comunidades rurais a conflitos fundiários, ameaças e homicídios devido à vasta e remota geografia. O estudo reconhece limitações relacionadas com dados incompletos e não fiáveis, apelando a investimentos na fiabilidade dos dados e em políticas de resolução de conflitos. Destaca o papel significativo desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Programa Observatório de Inseguranças Jurídicas no Campo na documentação e abordagem destas questões. A pesquisa ressalta a necessidade de abordagens abrangentes e eficazes para enfrentar as questões de segurança rural e promover a justiça social na Amazônia Legal

Referencias

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Dados parciais da CPT**: Violência contra ocupação e a posse, assassinatos de sem-terras e mortes em consequência disparam em 2021. CPT. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5889-dados-parciais-da-cpt-violencia-contra-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e- mortes-em-consequencia-disparam-em-2021.

Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Infográfico Violence in the brazilian amazon rainfores**t. Novembro de 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violence-in-the-brazilian-amazon-rainforest/.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência no campo no Brasil**: condicionantes socioeconômicos e territoriais, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil:** uma primeira aproximação. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643

KING, G.; MURRAY, C. J. Rethinking human security. **Political science quarterly**, v. 116, n. 4, p. 585–610, 2001.

PARIS, R. Human security: Paradigm shift or hot air? **International security**, v. 26, n. 2, p. 87–102, 2001.

SOUSA, H. A. DE; SANTOS, M. A. DOS; ALMEIDA, L. C. P. DE. Gestão de resíduos sólidos: um relato do serviço no contexto Amazônico. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, n. 4, p. 312–328, 8 nov. 2021.